

O FEMININO NO DISCURSO PROTESTANTE EM CAMPINA GRANDE ENTRE 1930-1940: O CASO DA PRIMEIRA COMUNIDADE CONGREGACIONAL¹

Cleófas Lima Alves de Freitas Júnior²

Resumo: Em nosso artigo analisamos como a primeira comunidade congregacional em Campina Grande produziu um discurso conversionista, na busca de uma fé individualista e sob um rígido regime disciplinar entre 1930-1940.

Palavras-chave: feminino, discurso conversionista, disciplina.

Abstract: In this article we analyze how the first congregational community in Campina Grande produced a conversionary speech in the pursuit of an individualist faith and under a strict disciplinary regime between 1930 and 1940.

Keywords: feminine, conversionary speech, discipline.

O protestantismo no Brasil foi se constituindo através de vários caminhos, um desses consistiu na comunidade congregacional, estabelecida pelo casal de missionários Robert Reid Kalley e Sarah Pouth Kalley na segunda metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro. Desta comunidade foram formadas outras em diferentes cidades do Brasil, como no começo do século XX na cidade de Campina Grande, que neste ano de 2008 completará 88 anos de fundação como a primeira comunidade protestante da cidade.

O nosso artigo tem o objetivo de analisar o espaço construído para as mulheres no discurso protestante da primeira comunidade congregacional nos anos de 1930 a 1940, pensando também como as mulheres reinventaram esse discurso. Buscando desenvolver essa análise a partir do referencial proposto por Michel Foucault quanto aos discursos de verdades que produzem um regime de poder que se articula em todas as instituições da nossa sociedade (BRANDÃO, 1997, p. 28-31).

¹ Este artigo consiste na apresentação oral realizada no *Grupo de Comunicação sobre Religião e Religiosidades* da I Semana de Pesquisa em História da UEPB em maio de 2007 em Campina Grande na Paraíba.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB e Professor do *Seminário Teológico Evangélico Congregacional* – STEC em Campina Grande. E-mail: cleofasjunior@bol.com.br

O artigo é formado por três partes: na primeira, discutimos o discurso protestante e o feminino na comunidade congregacional no Brasil, através dos missionários fundadores da comunidade Robert e Sarah Kalley. Na segunda parte, analisamos o discurso protestante da comunidade congregacional em Campina Grande em relação ao contexto social da cidade na década de 30 e 40 do século XX, destacando os casos de transgressão e disciplina apresentados nas atas das assembléias da comunidade, pensando como esse discurso do feminino produziu uma ordem disciplinar nas mulheres em sua vivência do sagrado. E na terceira parte, pensamos como as mulheres reinventaram esse discurso de verdade e disciplina sobre o feminino, resultando na produção de outra identidade feminina religiosa.

1. O discurso protestante na face da Comunidade Congregacional no Brasil

O casal de missionários Robert Reid Kalley (médico escocês) e sua esposa Sarah Pouth Kalley (professora e musicista inglesa) a partir da leitura do livro *Reminiscências de Viagem e Residência no Brasil* contemplaram como um “chamado dado por Deus” para no Brasil desenvolverem um trabalho de evangelização. Isso porque este livro escrito pelo missionário metodista Daniel P. Kidder apresentava em anexo uma carta. Esta solicitava à *Sociedade Bíblica Americana* o envio para o Brasil de três casais da Ilha da Madeira (o primeiro campo missionário de Robert) para realização de um trabalho de colportagem (a venda de bíblias e livros protestantes), pois considerava esta região necessitada da palavra de Deus.

O casal chegou ao Brasil do 2º Império em 1855, num contexto marcado por duas questões favoráveis a este trabalho de evangelização: a primeira corresponde a uma abertura política no sentido de permitir a entrada de imigrantes, pois D. Pedro II tinha o propósito de intensificar o crescimento do país com o aumento da população brasileira. A segunda consiste na fragilidade da igreja católica romana que detinha o monopólio de distribuição dos bens religiosos, resultante de várias questões como a crise de 1828 a 1830, com a política galicanista que buscou a criação de uma igreja católica brasileira, com a proibição de abertura e entrada de novas ordens religiosas (CARDOSO, 2001, p.107-109).

Para instituir um projeto de evangelização no Brasil Império com o fim de adentrar na distribuição dos bens religiosos num processo de descentralização, em uma relação de conflito com a apresentação de outro discurso religioso, o casal de missionários, numa atividade de parceria, montou uma estratégia evangelística de 1855 até 1858. Nesta estratégia o casal formou uma equipe de trabalho composta por protestantes oriundos da Ilha da Madeira, que eram frutos do projeto realizado por Robert Reid Kalley em seu primeiro campo missionário. Esses protestantes eram três casais: Francisco da Gama, com mulher e três filhos, Francisco de Sousa Jardim, com sua esposa e três filhos e Manoel Fernandes, com esposa e uma prima.

A estratégia evangelística de Kalley visava alcançar as cidades de Petrópolis e do Rio de Janeiro. Ela era formada por algumas frentes de trabalho que priorizavam a aproximação com todos os segmentos da sociedade sob a sua supervisão geral, eis as frentes: a sua vocação médica; artigos nos jornais com pregação, tradução de livros e apologética da fé protestante para aproximar-se da elite cultural (liberais, maçons e católicos); contatos constantes com elites políticas e sociais; colportagem (vendas de tratados e livros protestantes) com os madeirenses no Rio de Janeiro e Petrópolis, nas casas e estabelecimentos da população mais simples, tanto de estrangeiros como brasileiros; culto doméstico em Petrópolis na casa de Francisco de Gama e dos Kalley, no sentido do sagrado fazer parte do cotidiano das pessoas; a escola de música e a *Escola Bíblica Dominical* (CARDOSO, 2001, p. 120-121).

Dessa estratégia temos a inserção do protestantismo de missão na face da comunidade congregacional em 08 de novembro de 1858, com o batismo dos brasileiros: José Pereira de Sousa Louro e Pedro Nolasco de Almeida, em Petrópolis e no Rio de Janeiro. Uma comunidade congregacional em caráter independente quanto a não ter vinculação direta com alguma missão ou denominação estrangeira, é tanto que atribuíram-lhe o nome de *Igreja Evangélica Fluminense*.³

³ É importante destacar que existem duas situações em que uma comunidade pode ser considerada congregacional, onde a implantada no Brasil enquadra-se na segunda. A primeira corresponde ao congregacionalismo denominalista, quando possui matriz da igreja histórica congregacional, como de origem inglesa ou americana, as igrejas livres que apareceram no século XVI. A segunda consiste no congregacionalismo pela forma de governo democrático, através de assembleias construídas com a participação dos membros (NASSIF, 2001, p.14).

É importante pensarmos que a comunidade congregacional construiu sua identidade com um discurso que buscava imprimir literalmente o lugar social dos missionários de forma conflituosa em contraposição ao lugar social dos brasileiros em sua religiosidade (o catolicismo romano) e suas práticas culturais. Nisto consideramos pertinente o pensamento de Mendonça (2006) de que o protestantismo que chegou ao Brasil jamais se identificou com o contexto cultural brasileiro, mas permanece um “protestantismo estrangeiro”, especialmente norte-americano, com uma dependência em sua prática discursiva teológica, sendo assim mais adequado falar em “protestantismo no Brasil” e não em protestantismo brasileiro.

O discurso a partir do qual a comunidade congregacional construiu a sua identidade, como as demais comunidades, apesar das particularidades, foi um construto do movimento religioso norte-americano ocorrido no século XIX conhecido por *Grande Despertamento ou Era Metodista*, que os estudiosos também analisam como movimento evangélico.⁴ Formado por duas representações: a conversão como resultado da regeneração (ou novo nascimento), culminando na salvação individual; e a devoção à ética do trabalho em conjunto com a disciplina moral.

Esse discurso chamado “conversionista” concebe a conversão como algo individualista no sentido de ser um rompimento absoluto do indivíduo com o seu contexto cultural num processo constante de adoção de novos valores de conduta que são opostos aos valores em que havia sido criado. Buscava no Brasil a rejeição da cultura católica romana para receber a cultura européia protestante dos missionários, resultando em um lugar de conflito e exclusão entre as duas práticas discursivas.

O discurso conversionista no trabalho do casal Kalley na comunidade congregacional é resultante do protestantismo evangélico com os desdobramentos do Pietismo Alemão. Na semelhança entre as reuniões privativas organizadas por Philipp Spener o fundador do movimento pietista, com um aspecto de igreja marginal e os cultos

⁴ O movimento evangélico destacava a experiência emocional e que durante toda a vida o indivíduo adentra em um forte processo de santificação, sendo conduzido por duas orientações: a do Puritanismo e a do Metodismo. Sendo o protestantismo de missão no Brasil evangélico (FILHO VELASQUES, 1990, p. 81-109).

domésticos praticados pelo casal Kalley, como também a busca da perfeição cristã, num processo constante de consagração. E do Puritanismo Inglês com seu discurso de um regime disciplinar com regras imutáveis para promover a salvação do indivíduo, com a espiritualização da família como espaço para vivenciar essa fé no cotidiano das pessoas com a centralidade da Bíblia em tudo, um bibliocentrismo (CARDOSO, 2001, p.126).

Uma questão interessante aqui é pensarmos a produção do discurso conversionista com a participação ativa da esposa de Robert Kalley, a missionária Sarah Kalley, pois temos o espaço das mulheres neste discurso. Sarah participou nas várias frentes de trabalho do projeto de evangelização: na *Escola Bíblica Dominical* com uma atividade altamente criativa e com independência do marido; na liderança da colportagem (a venda de bíblias e livros protestantes) com orientação e conforto dos colportores que eram homens; na pregação da comunidade com a produção de sermões que eram lidos no púlpito quando Robert estava enfermo e também para os presbíteros da comunidade; nos cultos domésticos e a presença constante nas reuniões de liderança da comunidade.⁵

A participação de Sarah marcou o rompimento e também aceitação ao discurso dominante no Brasil Império, as mulheres estavam restritas ao espaço privado da sociedade (o lar) e os homens pertenciam ao espaço público (a rua). Encontramos o rompimento do espaço feminino no discurso conversionista da comunidade, a partir do pensamento de Sarah da “vocação independente do sexo”, de que o homem e a mulher têm o mesmo valor, mas as atividades na sociedade são conforme a natureza de cada um e não podem ser iguais, o primeiro o espaço público e a segunda o espaço privado. Este discurso foi efetivado na comunidade com a criação da *Sociedade das Senhoras*, com o propósito de produzir nas mulheres essa vocação nas circunstâncias do seu cotidiano como agentes da fé conversionista, através de um currículo de estudos fundamentados na *Bíblia Sagrada* (CARDOSO, 2005, p. 25, 104, 218, 221).

⁵ Para entender melhor a comunidade congregacional no Brasil quanto ao feminino (CARDOSO, 2005).

2. O discurso protestante do feminino produz uma ordem disciplinar nas mulheres

Em meados de 1901, encontramos o processo de inserção da comunidade congregacional em Campina Grande, a partir de uma atividade de evangelização conduzida pelo missionário Sinfrônio Costa, na residência do casal Olinto Cordeiro e Rita Maria Cordeiro, através do culto doméstico para prática da oração e da meditação na *Bíblia*. Mesmo em meio a fortes protestos e zombarias por parte dos cristãos católicos romanos, que até então detinham o monopólio religioso da região, temos o estabelecimento formal da comunidade, em 15 de novembro de 1920, na Rua Treze de Maio no Centro, sob a coordenação do pastor James Halden. Formada por trinta membros e sessenta alunos na *Escola Bíblica Dominical*, a cada ano a comunidade ocupava espaço na distribuição dos bens religiosos na cidade, chegando em 1927 a ter noventa membros e cento e cinquenta alunos na *Escola Dominical* (CÉSAR, 1983, p. 52-54).

É importante atentar que a comunidade congregacional foi construída sob a égide do discurso conversionista partilhado pelos missionários Kalley, que é a de produzir a conversão dos campinenses, em sua salvação individual, com o rompimento dos valores da sua cultura, através do estabelecimento de um regime disciplinar. A partir de 1927 a comunidade passou a ser coordenada pelo pastor João Clímaco Ximenes, permanecendo o mesmo durante trinta e três anos como a sua autoridade maior. Construindo-a com frentes de trabalho utilizadas pelos missionários Kalley: a *Escola Bíblica Dominical*, a *Sociedade das Senhoras*, a *Missão Evangelizadora do Nordeste* para efetivar de forma mais intensa o discurso conversionista na evangelização das cidades do interior do estado da Paraíba.

Podemos destacar que João Clímaco Ximenes buscou produzir na comunidade este discurso conversionista quando pensamos em seu sermão *A Igreja e sua Finalidade* (Efésios 4.1-16). Ele afirma, num primeiro momento, que a comunidade é uma cidade, um lugar para satisfazer as necessidades das pessoas. Num segundo momento, afirma que a mesma é um corpo bem ajustado como uma noiva de Cristo que derramou o seu sangue. O propósito da comunidade consiste em expressar a sabedoria de Deus e trabalhar através da evangelização para

conversão dos pecadores para a glória de Cristo. Por conta desta “grandeza” da comunidade todos os seus membros crentes devem cuidar dela como cuidam do seu corpo físico, como também, através de uma disciplina moral não promover escândalo, sendo exemplo de perdição para os outros e nem desprezar a mesma em suas atividades (SOUZA, 1982, p.30-31).

O discurso sobre o feminino na comunidade congregacional na lógica conversionista, foi produzido por membros da comunidade através do seu Regimento Interno de 1930, como o instrumento normativo e de verdade quanto à sua vivência da fé protestante. Como bem lembra Foucault (1979, p. 179) que em nossa sociedade existem relações de poderes múltiplos que perpassam e formam todo o corpo social. Estas relações de disciplina se instituem através de uma economia dos discursos de verdade. Só participam da disciplina, nos quadros do discurso de verdade, os sujeitos que seguem a ordem estabelecida no mesmo. Na comunidade congregacional o discurso do feminino pode ser concebido como uma economia de verdade, sendo o Regimento Interno um documento de verdade para os membros da comunidade e que estabeleceu a disciplina sobre os mesmos.

Essa economia de verdade desta comunidade, estabeleceu a norma de que a sua missão consistia em adorar a Deus em atitudes no espírito e em verdade, divulgando o Evangelho de Jesus Cristo para que os pecadores encontrassem a salvação. Quanto à sua composição, normatiza que recebe sujeitos somente dos sexos masculino e feminino, que cultivam uma fé em Jesus Cristo conforme os preceitos da moral do Evangelho. Procura estabelecer na comunidade a soberania de Jesus Cristo como cabeça maior, com normas de culto, doutrina, disciplina e conduta, interpretadas literalmente e de caráter imutável da Bíblia Sagrada, sob a direção de suas autoridades legítimas formadas pelos pastores, os presbíteros e os diáconos no estabelecimento das normas da comunidade.⁶

Esse discurso de verdade sobre Deus na comunidade congregacional, foi estabelecido a partir do seu instrumento normativo, o Regimento Interno, com suas regras para a existência dos seus membros através de uma obediência constante e completa. Esse

⁶ Sessão Ordinária da *Igreja Evangélica Congregacional* de Campina Grande, Estado da Paraíba: Fevereiro de 1930, Art. 2-4 do Regimento Interno.

discurso tem o fim de produzir sujeitos crentes através da disciplina, com uma penalidade constante que compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza e exclui, para estabelecer um padrão normativo (FOUCAULT, 1987, p. 152-153).

Conforme o Regimento Interno, os crentes que cultivavam uma fé em Jesus Cristo, baseada na moralidade do Evangelho, tinham que zelar pelo cumprimento fiel dos seus direitos e deveres. Quanto aos direitos, tinha os crentes o privilégio de votar e ser votado, voz nas reuniões com apresentação de propostas para discussão e também comunicar ao pastor ou aos oficiais qualquer ocorrência ou fato anormal sobre si mesmo ou algum membro da comunidade. Sendo o discurso de verdade e da norma estabelecido por todos os indivíduos da comunidade e não somente as autoridades legítimas, onde todos podiam participar de forma ativa para evitar a anormalidade.⁷

Os deveres dos membros crentes eram: não fazer casamento com incrédulo; assistir ao culto público e as demais reuniões; comparecer a todas as assembléias (sejam ordinárias, extraordinárias ou especiais); contribuir voluntariamente para manutenção financeira da comunidade; cumprir as determinações aprovadas por maioria em assembléia; evitar por todos os meios comentários impróprios, agressivos a comunidade, ao pastor e aos oficiais; acatar e respeitar ao pastor lhe dando a devida honra e não se afastar das regras doutrinárias do Evangelho como expressa nos Vinte e Oito Artigos da Breve Exposição do Cristianismo.⁸

Esse discurso possui a prática de um ritual que estabelece para os sujeitos crentes em sua fala quanto a sua posição e seu enunciado, os seus gestos, os seus comportamentos, as circunstâncias, os signos que acompanham ao discurso e os seus efeitos de restrição (FOUCAULT, 2006, p. 38-39).

É interessante pensarmos esse discurso de verdade da comunidade em seu ritual para o estabelecimento desse padrão

⁷Sessão Ordinária da *Igreja Evangélica Congregacional* de Campina Grande, Estado da Paraíba: Fevereiro de 1930, Art. 5 do Regimento Interno.

⁸Sessão Ordinária da *Igreja Evangélica Congregacional* de Campina Grande, Estado da Paraíba: fevereiro de 1930, Art. 6-7 do Regimento Interno. Os Vinte Artigos correspondem a uma confissão doutrinária formulada pelo missionário Robert Reid Kalley na formação da primeira comunidade congregacional no Brasil, para regulamento da fé dos membros (FILHO PORTO, 1982, p. 47-49).

normativo a partir do Regimento Interno como a moral do Evangelho de Cristo. Produzindo nos crentes uma vivência de fé em Deus numa perspectiva fundamentalista, que torna imutável todos os detalhes da *Bíblia* e busca a sua aplicação de forma literalista, como bem apresentou Boff (2002, p.13) sob essa tese dos fundamentalistas:

A tese dos fundamentalistas no âmbito religioso é afirmar que a Bíblia constitui o fundamento básico da fé cristã e deve ser tomada ao pé da letra (o fundamento de tudo para a fé protestante é a Bíblia). Cada palavra, cada sílaba e cada vírgula, dizem os fundamentalistas, é inspirada por Deus. Como Deus não pode errar, então tudo na Bíblia é verdadeiro e sem qualquer erro. Como Deus é imutável, sua Palavra e suas sentenças também o são. Valem para sempre.

É importante atentarmos também que a comunidade congregacional, sob a autoridade de João Clímaco Ximenes, aparece em uma Campina Grande que a partir do século XX vivenciava um processo de múltiplas transformações na política, na economia e na cultura, atingindo uma forte expressão entre as décadas de trinta e quarenta. Temos a implantação de símbolos modernos como bonde, luz elétrica, escolas públicas e particulares, hospitais, calçamento e saneamento básico. Esse processo foi acompanhado de mudanças fortes nos costumes e condutas sexuais da população, como a intensificação das saídas das mulheres no espaço público, na construção de uma cidade que conjugava liberalização, com moralização e normatização do comportamento dos seus membros, em especial as mulheres (CAVALCANTI, 2000, p.59, 61,68).

É nesse contexto de mudança e permanência que a comunidade congregacional construiu o seu discurso do feminino, tendo o Regimento Interno como instrumento do padrão normativo. Os crentes deveriam viver uma fé num Deus que possuísse normas de culto, de disciplina e comportamento, com base na moralidade do Evangelho concebido pela comunidade como exclusivo e imutável a partir da interpretação literal da *Bíblia* conduzida por suas autoridades legítimas. Todos os crentes que fugiam dessa norma estavam sujeitos a penas que marcava seus corpos, sendo várias as mulheres que fugiram ao discurso normativo.

Esse discurso de verdade que legalizou o normal e o anormal na fé a ser vivenciada conforme a moralidade do evangelho de Cristo

proposta pela comunidade produziu uma ordem disciplinar no corpo das mulheres para enquadrá-las na norma estabelecida em seu cotidiano. Para fabricar mulheres dóceis e adestradas, como podemos pensar ao olharmos os casos registrados nas atas das assembléias de membros e dos oficiais.⁹

É importante destacar que a disciplina foi instituída para realizar uma docilidade e adestramento que traça retalhos nos sujeitos, utilizando-se de instrumentos simples como propôs Foucault (1987, p.143-160): o primeiro, da “vigilância hierárquica” formada por uma rede de olhares que se controlam uns aos outros, permitindo um controle que marca todos os detalhes do comportamento dos indivíduos. O segundo, da “sanção normalizadora” que funciona como penalidade sob os detalhes da existência dos indivíduos: o tempo, a atividade, a maneira de ser, dos discursos, do corpo, da sexualidade, em que cada sujeito encontra-se num universo punível-punidora. Cada disciplina produz uma maneira específica de punir, tendo a pena o propósito de reduzir os desvios em relação à norma, sendo um elemento que diferencia os indivíduos em um dos dois valores opostos do bem e do mal.

Na comunidade congregacional percebemos uma rede de olhares em que todos os membros buscavam controlar o comportamento um do outro conforme a norma, por isso, temos várias denúncias de transgressões das mulheres e assim de anormalidades. Também a disciplina da comunidade produziu um conjunto de penas aos transgressores da norma e que diferenciava os sujeitos crentes no espaço do bem ou do mal. As penas estavam classificadas em três: a) *censura eclesiástica*, quando o membro acusado de transgressão está automaticamente suspenso da comunhão da comunidade (perdendo os seus direitos) até que seja provada ou não; b) *suspensão da comunhão*, por tempo determinado e indeterminado quando provada a acusação; c) *eliminação*, no caso do “delinqüente” não manifestar arrependimento de seu ato pecaminoso e sim para permanecer no mesmo.¹⁰

⁹ Encontramos casos de denúncias e disciplinas nas atas das assembléias ordinárias e especiais dos membros, como também das assembléias mensais dos oficiais (pastores, presbíteros e diáconos) da *Igreja Evangélica Congregacional* de Campina Grande, no período de 1930 a 1940 que analisamos alguns neste artigo em seguida.

¹⁰ Sessão Ordinária da *Igreja Evangélica Congregacional* de Campina Grande, Estado da Paraíba: Fevereiro de 1930, Art. 8 do Regimento Interno.

A ordem disciplinar na comunidade tinha o propósito de separar o profano do sagrado, o material do espiritual, o mal do bem, o mundo do Reino de Deus. Delimitando os espaços a que os indivíduos pertenciam, por exemplo, os que viviam em conformidade com o padrão normativo pertenciam ao espaço do sagrado, do espiritual e do reino de Deus. Os outros, que viviam em contraposição ao padrão da norma, estavam no espaço do profano, do material e do mundo, não tendo a permissão para entrar ou permanecer na comunidade, porque ser protestante consistia em participar de uma comunidade que era o lugar único da verdade (VELASQUES FILHO, 1990, p. 221-222).

É interessante pensarmos essa rede de olhares dos crentes sobre o comportamento um do outro para o estabelecimento do normal e do anormal, do sagrado e do profano, não como uma questão do natural e anti-natural que se exclui de forma definitiva, onde os discursos que transgridem a norma fossem um exagero de fanáticos, mas sim como uma questão de que o pertencimento a um quadro normativo e doutrinário consiste em constante questionamento dos sujeitos crentes que falam no discurso da comunidade, através de um jogo conflituoso onde o herético e o ortodoxo convivem no mesmo quadro. Como bem afirmou Foucault (2006, p. 42-43):

Ora, a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e em através do outro. Questiona o sujeito que fala através e a partir do enunciado, como provam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que formula um ou vários enunciados inassimiláveis; a heresia e a ortodoxia não derivam de um exagero fanático dos mecanismos doutrinários, elas lhes pertencem fundamentalmente.

2.1. O corpo puro na sexualidade e estética

Em 31 de julho de 1930, os oficiais da comunidade pediram em assembléia a suspensão da comunhão de Josepha Mendonça por tempo indeterminado, porque casou com homem incrédulo. Mas depois de um ano, na assembléia de 01 de outubro de 1931, o pastor João Clímaco Ximenes apresentou o caso de que o esposo de Josepha foi convertido ao discurso verdadeiro, sendo aceito o seu retorno à comunhão da comunidade.

A disciplina produziu um corpo puro nas mulheres, em sua sexualidade, conforme a norma que consistia no casamento com homens que não fossem incrédulos e mundanos, pois não pertenciam ao discurso verdadeiro. Corpo puro era a construção de uma sexualidade a ser experimentada no casamento com homens que se encontravam na mesma fé.

Já em 01 de julho de 1932, a irmã Erotides Nóbrega, foi suspensa da comunhão por tempo indeterminado por causa de casamento com rapaz incrédulo. E em 31 de agosto de 1934, a Juventina de Freitas foi suspensa porque fugiu e se casou com um incrédulo, sendo aceito por unanimidade a sua suspensão da comunhão por tempo indeterminado. Transgrediram a norma de um corpo puro com a vivência da sexualidade no casamento com homens incrédulos.

Essa disciplina do corpo puro quanto à sexualidade também partia da norma de que o amor verdadeiro, sagrado e perfeito só podem ser vividos no lugar único do casamento monogâmico por toda a existência, sendo proibido como mundano e pecado de adultério outras vivências de amores de caráter mais flexíveis e fluídos. Havendo assim uma preocupação constante entre os membros e as autoridades da comunidade e uma vigilância diária em relação à pureza da sexualidade de cada um para o cumprimento fiel da norma.

Nisto encontramos várias denúncias de mulheres que transgrediram a norma do amor puro no casamento, como em 02 de abril de 1931, em que os oficiais pediram a eliminação de Thereza Félix porque transgrediu a norma com o pecado de adultério por viver um amor mais fluído e assim profano. Temos em 28 de fevereiro de 1938, na sessão dos oficiais, acusações de que Alzira de Freitas caiu em sua fé através do adultério e decidiram pedir a sua suspensão na próxima sessão da comunidade por 6 meses. E também, em 03 de julho de 1938, os oficiais receberam denúncias de que Maria Thomé estava vivendo em amor proibido, decidiram, pois, pedir a eliminação da mesma na próxima sessão da comunidade.

Essa disciplina do corpo puro abrangeu também a estética, com a norma de que só participava da comunidade as mulheres que tinham os cabelos longos como convêm à natureza feminina dada por Deus, por ser a sua beleza estética natural algo que devia expressar modéstia e desprendimento do mundano na sociedade. Sendo proibido o corte de cabelo, pois isto era uma estética impura e mundana por ser uma

vaidade que prioriza o prazer, tornando-se transgressão a norma divina da beleza estética.

Assim em 22 de dezembro de 1932, o irmão José Barbosa de Menezes propôs para a comunidade que só recebesse para batismo as mulheres que não tivessem os cabelos cortados, sendo tal proposta aceita por unanimidade. E em 29 de novembro, o batismo de Maria Dias foi adiado para o próximo mês com o propósito de que seus cabelos crescessem.

Encontramos este retalho que buscava a estética de um corpo puro em casos como em 29 de junho de 1934, de Ana Gomes que cortou os cabelos, resultou em muitas divergências e na formação de uma comissão com outras mulheres para tratar a questão com essa mulher para que retorne à pureza. Atinge nuances mais forte quando pensamos no caso de Francisca Lima Guimarães que estava suspensa da comunhão e pedia aos oficiais a sua reconciliação. Não foi aceito porque continuou a cortar os cabelos e reafirmaram que a comunidade não permite tal prática como estética pura do corpo.

Na busca do corpo puro foi estabelecida também uma norma que proibia o consumo de fumo porque tal prática rompia com a natureza estabelecida por Deus as mulheres, sendo um vício mundano presente na sociedade. Olhamos isto no caso da viúva Juaninha que foi acusada de desvio da verdade por estar usando fumo, por causa desta acusação foi formada uma comissão para conversa com ela sobre a situação. E em 02 de novembro de 1933, Rita Alves teve o seu batismo adiado por ter o vício do fumo, sendo aceito por todos na sessão da comunidade o seu batismo até que Rita deixasse tal vício.

Pensamos ser importante destacar que esta disciplina, busca produzir essa pureza nas mulheres tanto na sexualidade como na estética, a partir de um desejo constante desses crentes de sair do seu mundo pecaminoso, sob a constante ira de Deus e em eminente destruição, para assim entrarem no reino dos céus preparado para os que viviam no discurso protestante. Essa disciplina foi construída na comunidade congregacional em seu discurso conversionista sob a expectativa tensa e constante do fim do mundo, sendo assim uma motivação forte para a promoção da conversão em seus membros. Como bem apresentou Velasques Filho (1990) sobre o pensamento do protestantismo missionário no Brasil do que seja a conversão:

Vista como fuga do mundo, a regeneração significava a saída de uma realidade muito poderosa que o protestantismo, nascente no Brasil, não podia enfrentar e, muito menos ainda, transformar. Sair do mundo e ingressar no Reino de Deus, sinalizado e prefigurado pelo protestantismo missionário, significava fugir da “ira vindoura”, pelo qual Deus destruiria a ordem social criada e mantida pelos seres humanos. A expectativa do fim do mundo através de uma ação fulminante e vingativa de Deus [...] serviu de motivo principal tanto para a ação evangelizadora protestante como para conversão (VELASQUES FILHO, 1990, p. 219).

A disciplina buscou produzir um corpo puro nas mulheres não somente em sua sexualidade, mas também na vivência de sua estética do corpo com a proibição do corte de cabelo e o uso do fumo. Considerava como “mundanismo” a transgressão dominante na sociedade que vivia sob a ira divina e sujeita à destruição iminente de Deus para o estabelecimento do reino dos céus, sendo ilegítimo para a fé protestante.

2.2. Uma fé pura e o centro da verdade

Em 01 de maio de 1930, Nazinha de Farias foi suspensa porque morava perto da comunidade e não freqüentava as reuniões, como também andava fazendo compras no dia de domingo, reservado para momentos de celebração da fé em Deus.

A disciplina produziu nas mulheres, quanto à vivência de uma fé pura em Deus, a obrigação de participar diariamente de todas as reuniões da comunidade e em especial no dia do domingo considerado o dia estabelecido por Deus para adoração, sendo proibida a realização de qualquer atividade que não tenha esse fim. E com a norma de eliminar na vida dos crentes qualquer forma de adoração através de imagens físicas como nas comunidades católicas romanas, com uma fé pura que tornasse a comunidade o centro da verdade.

Como o exame para o batismo de Laura Vieira em 02 de agosto de 1934, os oficiais consideraram satisfatório no que diz respeito aos deveres dos membros conforme o Regimento Interno, porém foi reprovada porque conservava ídolos, sendo proposto por um dos irmãos esperarem algum tempo.

Esse retalho (marca) da vivência de uma fé pura em Deus só podia ser experimentado de forma exclusiva e única na comunidade

congregacional, pois concebia a mesma como o centro da verdade e da norma do evangelho de Jesus Cristo, conforme a interpretação proposta pelas autoridades e membros da comunidade. Não havendo assim a possibilidade de diálogo com outras comunidades religiosas, tanto protestantes e em especial as católicas romanas, porque estas outras comunidades são construções humanas da mentira e do anormal quanto à verdade do Evangelho.

Essa fé pura que tornava a comunidade o centro da verdade produzia crentes marcados pelo fundamentalismo, porque os mesmos concebiam as suas interpretações das normas do evangelho como algo de caráter absoluto, resultando em atitudes de intolerância para com o outro, portador de outra verdade, como: o desprezo, a agressividade e a guerra constante contra a mentira a ser destruída. Uma fé fundamentalista que não concebe as normas do evangelho como uma questão inserida nos contextos históricos dos sujeitos crentes que necessita de contínuas interpretações (BOFF, 2002, p.25).

Como podemos perceber, em 04 de maio de 1932, quando o pastor João Clímaco Ximenes, em sessão especial, pede à comunidade a eliminação de dois casais, porque não estavam andando conforme a fé pura expressa nas normas do Regimento Interno e estavam perdidos para a Igreja Batista, pedido aceito por todos. Em 02 de maio de 1940, esse retalho alcança mais intensidade, quando os oficiais resolveram pedir a eliminação de Maria da Silva e sua mãe Josefa porque abandonaram a comunidade e por terem se voltado para a *Igreja Católica Romana*. Isto porque esta fé tem que estar dissociada de qualquer outra comunidade religiosa, que não “cumpre” o Evangelho de Cristo apresentado pela comunidade congregacional.

É importante destacar que a produção dessa fé pura fabricou crentes fundamentalistas e sob o ponto de vista psicológico, um narcisismo¹¹ intenso sem a construção de relações do tipo eu-tu, porque não reconhecia e aceitava o outro como sendo diferente dele. Mas só

¹¹ A expressão narcisismo advém do Mito de Narcisismo que consiste na história de que havia um jovem lidíssimo chamado Narciso, o qual se apaixonava pedidamente por uma ninfa chamada Eco. No entanto, Eco jamais correspondeu ao amor de Narciso. Por esta razão, ela veio a murchar até a morte, remanescendo dela apenas o “eco” da sua voz. Após a morte de Eco, Narciso descobre a si mesmo, seu reflexo, olhando sua imagem numa fonte de água. A contemplação da sua própria face na água fez Narciso apaixonar-se profundamente pelo seu rosto, vindo, posteriormente, a transformar-se numa planta (FÁBIO, 1997).

reconhecia a existência do outro como seu inimigo, sempre em busca de que o outro se torne dele num processo de uniformização sob o seu discurso. Como bem trabalhou Fábio (1997) o conceito de narcisismo no contexto das comunidades protestantes no Brasil:

Do ponto de vista psicológico, talvez se possa simplificar a definição de narcisismo, simplesmente afirmando que o narcisista é aquele incapaz de manter relações do tipo eu-tu. Isto, porque, nem sempre o narcisista é capaz de reconhecer e aceitar o outro como sendo um outro, e diferente dele, ou seja: tu. No entanto, mesmo quando ele é capaz de reconhecer a existência do outro, ele quase sempre transforma o outro em Ele ou Eles. Ou seja, o narcisista transforma o outro diferente, imediatamente, em inimigo, ‘ele’ ou ‘eles’. Desta forma, o narcisista só é capaz de ver o outro na perspectiva Eu x Eles, ou Nós x Eles. O narcisista só aceita outros que se tornem dele, ou seja: que se tornem ‘Eu’, absorvidos e uniformizados pela sua aparência (FÁBIO, 1997, p.65-66).

Portanto, o discurso do feminino produziu uma ordem disciplinar para que as mulheres crentes fossem sujeitos que vivessem no sagrado, no bem e no reino de Deus, e também eliminando as profanas, as más e as mundanas em participar da comunidade através de uma vigilância constante sob os detalhes do comportamento de cada membro em conjunto com uma penalidade perpétua para evitar os desvios da fé. Isto com um padrão normativo que tinha o fim de fabricar um corpo puro na sexualidade e estética das mulheres. E de uma fé pura de ser a comunidade o único lugar legítimo para adoração de Deus, não havendo a procura e possibilidade de diálogo com outras comunidades religiosas.

3. As mulheres reinventaram o discurso protestante do feminino

Anteriormente analisamos variados casos de mulheres que transgrediram as normas estabelecidas na comunidade como o discurso verdadeiro da moral do Evangelho, sendo consideradas “crentes” que caíram em pecado e assim no mundano. Compreendemos, pois, estas transgressões em alguns casos como uma reinvenção do discurso de verdade e da disciplina, em especial quando eram eliminadas da comunidade de forma definitiva.

Conforme Foucault (1987, p.26, 161) a disciplina consiste em uma microfísica do poder exercido como uma estratégia, numa rede de relações sempre tensas que perpassa em todos os sujeitos, não sendo tão somente uma obrigação ou proibição, única, havendo assim pontos de lutas, conflito e possibilidade de inversão das forças. Como também a fabricação de outro tipo de indivíduo a partir de um discurso de verdade diferente.

Pensamos estas transgressões como reinvenção da verdade com outro tipo de normas, com a produção de outro sujeito crente e outra imagem de Deus, mesmo que seja tão somente para essas mulheres e até de caráter provisório. Isto porque a participação das mulheres da produção do discurso do feminino na comunidade, não pode ser compreendida como uma questão e passividade, harmonia e falta de consciência de viver o sagrado.

Como no caso de Maria Serapião, que em 29 de outubro de 1931, foi eliminada pela comunidade, porque transgrediu o caminho do evangelho desta, chegando a atitude de reinventar a norma através do casamento com homem incrédulo para a comunidade. E de Rita de Brito, que em 03 de setembro de 1931, foi eliminada porque propôs um a vivência de outro evangelho mais fluído em sua vida com o “mundanismo”.

Concebemos que essa reinvenção da verdade pelas mulheres na comunidade congregacional foi uma possibilidade constante, quando observamos os casos apresentados acima, porque analisamos a disciplina não como uma questão de dominação homogênea e partilhada de um indivíduo ou de um grupo (no caso o pastor João Clímaco Ximenes, os presbíteros e os diáconos) sobre os outros. Mas como uma realidade que acontece em cadeia e rede, não estando nas mãos de alguns escolhidos, onde em suas linhas todos os indivíduos estão em posição de efetivar a disciplina ou sofrer sua ação, sendo assim centros de transmissão e não sujeitos inertes à mesma. Como bem trabalhou Foucault (1979) a sua concepção de poder ou disciplina em nossa sociedade:

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas tem presente que o poder - desde que não seja considerado de muito longe - não é algo que possa dividir

entre aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão [...] Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos (FOUCAULT, 1979, p.183-184).

É muito interessante pensar essa reinvenção da disciplina, no caso de Minervina Lima, em 27 de janeiro de 1937 que estava transgredindo as normas quanto a falar contra o pastor e em se portar mal, os oficiais pediram a sua eliminação da comunidade. E no caso de Maria Basto, que pedia aos oficiais a sua reconciliação, em 29 de novembro de 1937, porque considerava injusta a sua eliminação por não ter sido ouvida. Mas, o pastor destacou que a sua eliminação foi justa, não apenas por transgressão à norma de cortar os cabelos, e sim pelas acusações de que Maria desejava ser batizada na *Igreja Batista*. Havendo assim uma reinvenção da disciplina em caráter duplo: a produção de uma nova estética e o diálogo com outra comunidade religiosa.

Essa reinvenção da disciplina na comunidade congregacional pode ser analisada também pela questão do poder disciplinar ser um ritual de violência com a imposição de normas, com o estabelecimento de retalhos (marcas) que gravou lembranças nos corpos das mulheres crentes como vimos anteriormente, sendo a disciplina produzida sob um universo de regras. E que esse mesmo universo de regras concede a possibilidade sempre aberta para que seja feita outra violência, para construção de outra verdade, com a legitimação de outras marcas, num processo de perversão e transgressão das normas, onde os antes dominadores se tornam dominados. A partir da afirmação de Foucault (1979, p. 24-26):

E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universo de regras não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência [...] É justamente a regra que permite

que seja feita violência à violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles que dominam. Em si mesmas as regras são vazias, violentas, não finalizadas; elas são feitas para servir isto ou àquilo, elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de outros. O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto...

Um importante momento dessa reinvenção da disciplina, na produção de outro discurso do feminino, onde o que era profano, mal e mundano, passou a ser sagrado, bom e do reino de Deus é o caso da viúva de Patrício de Araújo, que, em 03 de julho de 1938, estava sendo acusada de participar de um relacionamento amoroso proibido. Os oficiais decidiram pedir à comunidade a sua eliminação. Como também o de Julia de Freitas em 29 de julho de 1940, por estar reinventando uma fé pura ao batizar os filhos na Igreja Romana, os oficiais decidiram pedir a sua eliminação.

Considerações finais

Pensamos como o discurso do feminino protestante da primeira comunidade congregacional em Campina Grande entre 1930-1940 foi construído a partir dos postulados trabalhados pelos missionários fundadores da comunidade no Brasil numa cidade que vivenciava múltiplas transformações em sua economia, política e cultura.

Produziu uma disciplina de sujeição às e pelas mulheres conforme a norma do Evangelho a partir do Regimento Interno. Essa disciplina buscou produzir nas e pelas mulheres uma pureza sexual e estética e também uma fé pura, tendo a comunidade como o único lugar legítimo para adoração de Deus, sem diálogo com outras comunidades religiosas. Caracterizada por um fundamentalismo e narcisismo constante como fuga do mundo presente para o reino de Deus numa realidade a – histórica que procura destruir o outro diferente através de um processo de uniformização e homogeneização. Quanto às transgressões da norma as mulheres crentes estavam reinventando o discurso de verdade sobre o sagrado em sua sexualidade e estética, com a produção de outro feminino numa outra “pureza” do Evangelho de Cristo.

Buscamos assim repensar os caminhos trilhados pelo protestantismo em Campina Grande, em particular da primeira comunidade congregacional, para assim reinterpretarmos a fé em Deus com a produção de outra disciplina do Evangelho de Cristo, pois até hoje podemos encontrar a vivência desse discurso protestante quanto ao feminino que busca destruir e homogeneizar o outro como diferente. Por isso, como propõe Siepierski (1994, p.34-35) a busca de produzir um discurso, que rejeita a historiografia triunfalista com a sua pretensão de uma história totalizante que promove a apologia das autoridades das instituições e privilegia a produção de um sujeito histórico único e homogêneo. Mas reafirma o Evangelho de Cristo como a ética do amor que nos compromete a construirmos os nossos relacionamentos em nossa sociedade na reinvenção do Reino de Deus que busca a vivência da liberdade num senso de reconhecimento e tolerância para com o outro diferente de mim.

Referências Bibliográficas

LIVRO DE ATAS DA IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE CAMPINA GRANDE – Paraíba. 1937-1934. Arquivo da Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande.

LIVRO DE ATAS DAS SEÇÕES DOS OFICIAIS DA IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE CAMPINA GRANDE – Paraíba. 1936-1941. Arquivo da Igreja Evangélica Congregacional de Campina Grande.

BOFF, Leonardo. *Fundamentalismo: globalização e o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 7ª ed. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1997. (Coleção Pesquisas).

CARDOSO, Douglas Nassif. *Robert Reid Kalley: médico, missionário e profeta*. São Bernardo do Campo, SP: Ed. do Autor, 2001.

CARDOSO, Douglas Nassif. *Sarah Kalley – missionária pioneira na evangelização do Brasil*. São Bernardo do Campo, SP: Ed. do Autor, 2005.

CAVALCANTI, Silêde Leila. Campina Grande de (fl)orada por forasteiros: a passagem da Campina patriarcal a Campina burguesa. In:

GURJÃO, Eliete (Org.). *Imagens multifacetadas de Campina Grande*. Campina Grande, PB: PMCG, 2000. p. 58-78.

FÁBIO, Caio. *A igreja evangélica e o Brasil: utopia, profecia e realidade*. Niterói, RJ: Síntese, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. (Coleção Leituras Filosóficas).

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O protestantismo e suas encruzilhadas*. Disponível em: <www.antoniomendonca.pro.br> Acesso em: 07 jun. 2006.

FILHO PORTO, Manoel. *Congregacionalismo brasileiro – fundamentos históricos e doutrinários*. Rio de Janeiro: UIECB, 1982.

SIEPIERSKI, Paulo. Fé cristã e filosofia da história no debate atual. In: DREHER, Martin N. *História da igreja em debate* - um simpósio. São Paulo: ASTE, 1994. p. 16-38.

SOUZA, Claudenor Gomes de. *João Clímaco Ximenes – sua vida, sua obra*. Campina Grande, PB: Ed. do Autor, 1982.

VELASQUES FILHO, Prócoro. “Sim” a Deus e “não” à vida: a conversão e disciplina no protestantismo brasileiro. In: MENDONÇA, Antônio Gouvêa; FILHO VELASQUES, Prócoro. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p.205-232.

Artigo recebido em abril de 2008 e aceito para publicação em agosto de 2008.